

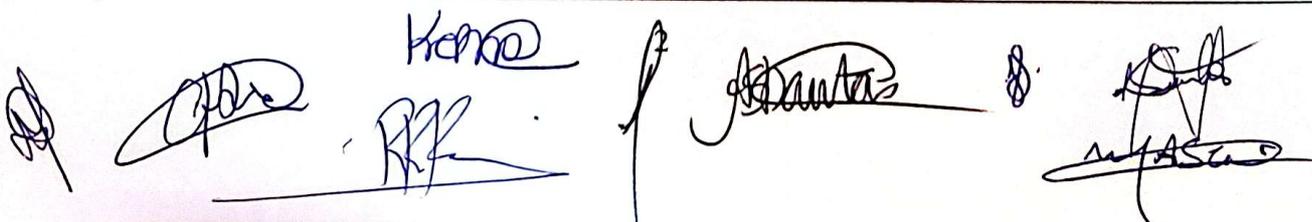
**ATA DA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E  
CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO  
BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO – CACS - FUNDEB.**

01	Aos doze dias do mês de junho de dois mil e vinte três, com primeira chamada às 9 horas e
02	segunda chamada às 9 horas e 30 minutos, realizou-se no Centro Cultural Gilson Prado,
03	localizado na Sede Municipal, a oitava Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de
04	Acompanhamento e Controle do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação
05	Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – CACS FUNDEB, estruturada pela Lei
06	municipal nº 1.473, de 26 de março de 2021, sob a coordenação da Presidente Luciana dos
07	Santos. Aberta a sessão, a Presidente deu boas vindas a todos os presentes, a saber:
08	Representantes da Secretaria Municipal de Educação – Cleidenilson Pequeno dos Santos e
09	Kelma da Costa e Silva Reinaldo; Representante dos Diretores das Escolas Municipais –
10	Denize Santos de Moraes; Suplente de Servidores Técnico - administrativos das Escolas
11	Básicas Públicas – Maria Aparecida Souza de Cristo; Representante de Pais de Alunos da
12	Educação Básica Pública - Rosângela Rosa Reis; Representante dos Professores da Educação
13	Básica Pública – Adenilde de Souza Dantas; Suplente do Conselho Tutelar – Anselmo Douglas
14	Menezes dos Santos e a Secretária - Iris Virgínia Oliveira Santos. A sra. Rosemeire Dias Dória
15	não compareceu, pois foi fazer exame médico. A presidenta fez a leitura da pauta: 1 - Análise
16	e parecer sobre execução do Pnate 2022; 2 - Análise e parecer sobre o Peja e 3 - O que
17	ocorrer. Dando prosseguimento, a conselheira Adenilde iniciar o seu relato, agora
18	formalmente, pois a mesma já havia citado algumas observações em relação a prestação de
19	contas disponibilizada para análise. Nesse instante, a sra. Adenilde afirmou ter sentido
20	dificuldades em analisar os dados apresentados, pois percebeu que os documentos
21	apresentavam incoerências nas datas, citando como exemplo a Nota de Empenho que em
22	janeiro, a liquidação é em fevereiro, mas o pagamento é realizado em julho/2022. Não
23	deixando claro quando efetivamente a conta foi executada. Destacou ainda, que a nota só é
	emitida após os carros serem abastecidos, não deixando claro quando a compra foi feita,
	quais são os carros, suas placas e quais serviços foram desenvolvidos. Relata também que
	para 2023 esses dados estarão esclarecidos, pois a mesma entende que há tempo hábil para



CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE  
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS  
PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE –  
FUNDEB

24 a secretaria se organizar. Salientou ainda que o abastecimento dos transportes devem ser  
25 pagos com os recursos do MDE (Manutenção e Desenvolvimento de Ensino). No caso do  
26 Pnate (Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar), é uma complementação já  
27 que o recurso é pouco e não supri a rede de Nossa Senhora do Socorro. Ainda com a palavra,  
28 a conselheira Adenilde salientou que ao executar a análise dos processos, visualizou o nome  
29 Programa Nacional de Transportes, e em alguns casos há logo abaixo escrito MDE e ao  
30 continuar a leitura se depara com a menção de que o recurso é do FUNDEB (Fundo de  
31 Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da  
32 Educação). A conselheira gostaria de um esclarecimento, pois como se trata de recursos do  
33 Pnate. Nesse interím, o sr. Cleidenilson justificou que há um equívoco, e o mesmo pode ter  
34 acontecido devido a um erro de digitação podendo fazer a retificação do empenho. A sra.  
35 Adenilde entendeu a justificativa, mas ressalta que o documento tratado é uma prestação  
36 de contas, portanto precisa estar em ordem, esclarecendo ainda que não está tecendo  
37 dúvidas quanto a regularidade das contas, mas que ao realizar a fiscalização, assume a  
38 responsabilidade de representar uma entidade grandiosa, cabendo levantar  
39 questionamentos pertinentes, a fim de serem esclarecidos e corrigidos. Com o uso da  
40 palavra, a sra. Denize concordou com a colocação da conselheira Adenilde, destacando que  
41 as contas devem ser apresentadas de forma evidente e de acordo com as regras impostas  
42 para utilização de quaisquer recursos que seja disponibilizado. Realçou ainda a importância  
43 de buscar ajuda junto aos técnicos da Secretaria de Educação para orientá-la quando surgir  
44 dúvidas de qualquer natureza, frisando a importância e funcionalidade dos plantões. Com a  
45 palavra, a sra. Adenilde endossou a relevância dos plantões, onde a secretaria disponibiliza  
46 técnicos habilitados para prestarem esclarecimentos aos conselheiros que desejarem ir  
47 in loco para sanar as suas dúvidas, e manifestou a necessidade de realizar reuniões  
48 extraordinárias dos conselheiros do Fundeb para haver uma avaliação dos documentos, pois  
49 há dados desconhecidos. O conselheiro Cleidenilson Santos endossou as colocações da  
conselheira Adenilde sobre a divergência dos empenhos e contratos, e ainda enfatizou que,  
o próprio sistema já disponibiliza três possibilidades: aprovada, aprovada com ressalva ou  
reprovada. Ressaltou também que o programa permite a utilização da verba para os  
combustíveis: diesel e gasolina. Com a palavra a sra. Adenilde esclareceu que no empenho

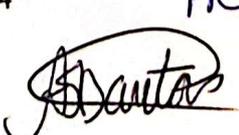
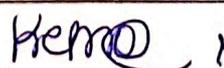


CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE  
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS  
PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE –  
FUNDEB

50 pode estar mencionado tais combustíveis, porém é importante verificar o que está sendo  
51 tratado na liquidação, uma vez que, esse é o momento de verificar se o serviço foi prestado  
52 a contento. Na ocasião, a presidenta esclareceu aos presentes que as análises correspondem  
53 a gestão anterior e todos os conselheiros da ocasião a realizavam bimestralmente. Com o  
54 uso da palavra, a conselheira Kelma ressaltou não haver irregularidades, pois trata-se de um  
55 contrato para atender as demandas cabíveis do município. Esclareceu que a secretária de  
56 educação tem a sua conta específica do recurso e o ajuste que precisar realizar diz respeito  
57 a uma formalização, onde tem poderes para decidir se as contas devem ser separadas do  
58 contrato da educação. Na ocasião, a sra. Luciana salientou a importância da fala da  
59 conselheira Adenilde, confirmando a necessidade de manter-se segura sobre a  
60 responsabilidade de assumir uma pasta de suma importância, solicitando assim que as  
61 contas sejam apresentadas separadamente. A conselheira Kelma salientou que se trata de  
62 uma previsão contratual, e que é apenas um amparo, não visualizando irregularidades em  
63 tais situações, pois o contrato respalda uma relação contratual do município com uma  
64 determinada empresa. Afirmou que devesse levar em consideração realmente é a  
65 destinação desses recursos para a conta específica, onde o recurso do Pnate deve ser  
66 encaminhado a uma conta específica para essa oferta, levando em consideração a relação  
67 contratual apresentada. Frisou ainda, que a competência dos conselheiros está em analisar  
68 as práticas realizadas pela secretária, atentando-se ao que é legítimo; afirm de não se  
69 configurar errada. Solicitou ainda que os conselheiros tivessem o devido cuidado ao proferir  
70 a sua opinião sobre os recursos disponibilizados, pois o processo estava pronto e  
71 ~~apresentado com a nota de empenho, nota de liquidação, extrato de pagamento bancário,~~  
72 conta do próprio órgão, tudo com muita clareza. Dando continuidade, a presidenta  
73 questionou aos presentes se ainda havia alguma dúvida ou citação a ser acrescentada, pois  
74 naquele momento daria como encerrada as questões relacionadas às contas do Pnate. Na  
75 ocasião, o sr. Cleidenilson concordou com as falas das conselheiras Kelma e Adenilde sobre  
as correções, porém mencionou que não há irregularidades, necessitando apenas mais  
transparências para que a análise seja mais precisa, porém não detecta impedimentos para  
aprovar as contas. Em tempo, a presidenta Luciana informou aos conselheiros presentes  
sobre a função do Pnate, reforçou a inevitabilidade das próximas contas serem apresentadas

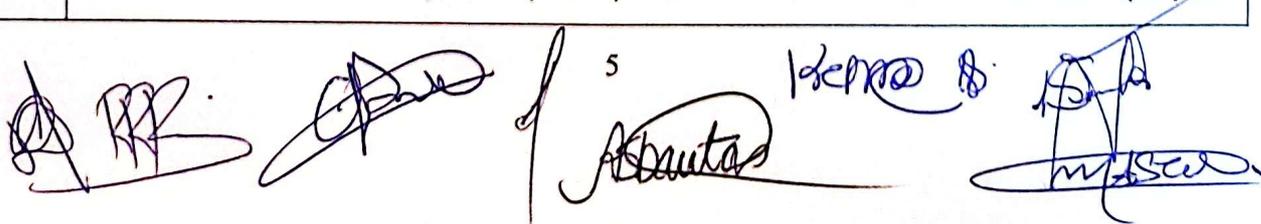
CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE  
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS  
PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE –  
FUNDEB

76 com mais transparência, assim como a nova gestão tem apresentado, ressaltando que  
77 comprova a regularidade das mesmas. Ainda com a palavra, reforçou a autonomia dos  
78 membros para votar, da forma que aprovar: aprovar, aprovar com ressalva ou reprovar,  
79 deixando claro que caso a prestação de contas seja reprovada, o município deixa de receber  
80 o recurso, emperrando assim a mobilização de vários estudantes da rede. Nesse momento,  
81 a conselheira Adenilde apontou que os conselheiros precisam ir in loco com as prestações  
82 de contas em mãos verificar os ônibus e carros que transportam os estudantes, averiguando  
83 o cinto de segurança, a quilometragem, o itinerário, identificando quais os dias que os  
84 transportes foram usados para o alunado, saber se os mesmos estão em condições, se a  
85 manutenção está em dia. Enfatizando sobre a necessidade dos conselheiros se reunirem  
86 para ler e estudar a nova resolução 351, do Tribunal de Contas. Na ocasião, a presidenta  
87 solicitou a vice-presidenta Denize se responsabilizar na organização de um cronograma de  
88 plantões e reuniões de estudos. Imediatamente a sra. Denize se prontificou a produzi-lo. Ato  
89 contínuo, a presidenta solicitou aos presentes para realizar a votação: aprovaram as contas  
90 os conselheiros (as): Kelma Reinaldo, Luciana Santos, Cleidenilson Santos, e Anselmo Douglas  
91 Santos; os conselheiros (as) que aprovaram com ressalvas pelas razões citadas: Denize de  
92 Moraes e Maria Aparecida Cristo; as conselheiras que se abstiveram pelas razões  
93 supramencionadas: Adenilde de Souza Dantas e Rosângela Reis. Nesse contexto, a  
94 presidenta solicitou ao conselheiro Cleidenilson que explicasse o que se concerne ao  
95 Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA), o que é o programa, por que os recursos  
96 não foram utilizados e qual a função do referido programa. Na oportunidade, o sr.  
97 Cleidenilson explicou que é um programa que custeia as novas matrículas dos estudantes  
98 jovens e adultos, porém o valor não pôde ser utilizado devido a divergência de  
99 esclarecimentos da nova coordenação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
100 (FNDE) quanto a utilização do mesmo. Não há esclarecimento se o objetivo é para as novas  
101 matrículas, conforme afirma a resolução anterior, ou com as novas turmas de acordo com  
a afirmação da nova coordenação, motivo que o levará a provocar mais uma vez o FNDE,  
relatando a necessidade da resolução ser detalhada, para receber as orientações  
pertinentes. Na oportunidade, a conselheira Adenilde perguntou porque sobrou  
R\$37.000,00 do Pnate, uma vez que há gastos com transportes e tinha como utilizar esse

   4   

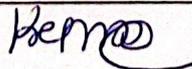
CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE  
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS  
PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE –  
FUNDEB

102 valor. Em resposta, o sr. Cleidenilson declarou que o fato requer uma análise minuciosa.  
103 Dando prosseguimento, falou sobre a importância do programa E.I. Manutenção a Novos  
104 Estabelecimentos, programa que oferta recursos para manutenção durante o primeiro ano  
105 de implantação de creches. Em 2022 o recurso não foi utilizado, sendo reprogramado com  
106 planejamento para 2023. Por oportuno, a sra. Denize questionou sobre a ausência de  
107 recursos disponibilizados para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) para a aquisição de livros  
108 e materiais diversos, afirmando ainda que os profissionais ficam desmotivados quando  
109 precisam realizar aulas diferenciadas para seus estudantes. Além disso a conselheira afirmou  
110 ainda que existe recursos para esse fim. A conselheira Adenilde, endossou a fala da  
111 conselheira Denize e relatou sobre a falta de materiais nas escolas da rede, afirmando que o  
112 município dispõe de recursos do MDE para suprir tais necessidades. Mencionou sobre as  
113 despesas de aluguel de almoxarifado que é pago com a verba do FUNDEB irregularmente,  
114 pois deve ser pago pelo MDE. Por oportuno, a conselheira Adenilde relatou que no ano de  
115 2022 passou cinco meses analisando documentações do ano anterior e testemunhou  
116 inúmeras compras de: saco de lixo, pano de prato, item dispensável, pois as cozinhas utilizam  
117 papel toalha para substituir os panos de pratos e que a aquisição é de responsabilidade da  
118 empresa contratada providenciar. A sua preocupação são as diversas denúncias sobre as  
119 escolas que não têm elementos básicos para o funcionamento como água sanitária, pincéis  
120 para quadro branco, dentre outros. Descreveu também a situação em que ligou várias vezes  
121 para a Secretária da Educação, e dentre as ligações, solicitou a retirada de uma parede e de  
122 um esgoto presentes dentro da sala de aula. Em tempo, relatou sobre o intenso calor  
123 presente nas salas de aula e corredores de acesso da Escola Municipal João Paulo II, apontou  
124 também o investimento pesado feito pela secretaria para confeccionar materiais para os  
125 estudantes durante a pandemia, o qual não chegou a tempo e que não tem a certeza se  
126 todos os estudantes foram contemplados; porém quando realiza as visitas fica perplexa com  
127 as situações encontradas nas escolas, como por exemplo, a E. M. Professora São Pedro  
Vasconcelos, que está funcionando na Casa do Conselhos, com salas minúsculas que não  
comportam o número de estudantes e ainda é surpreendida com a presença de 02  
estagiárias e 1 professora, as quais não têm condições de se movimentar. Ressaltou que a  
sua preocupação é a utilização adequada que os recursos devem ser distribuídos e que para



CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE  
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS  
PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE –  
FUNDEB

128 tanto, deve ser discutido. Prosseguiu o seu discurso revelando que cabe ao egrégio conselho  
129 convidar a Secretária de Educação a fim de explanar uma justificativa para esses problemas  
130 abordados e que fazem parte do cotidiano das nossas escolas, na oportunidade poderá  
131 explicar também outros assuntos relacionados aos estagiários que ainda se encontram em  
132 sala de aula. Nesse momento, a conselheira Kelma justificou que a contínua presença do  
133 número de estagiários é para atender as demandas administrativas da Semeed, acompanhar  
134 as crianças que utilizam transportes escolares disponibilizados pela rede, salientou também  
135 que a Secretaria acata as denúncias e busca investigar para ser esclarecido da melhor forma  
136 possível. Com a palavra, a conselheira Adenilde reforçou a sua preocupação quanto a  
137 carência de materiais que as escolas vêm vivenciando, ressaltando a necessidade da  
138 Secretaria possuir um planejamento estratégico que de fato tenha profissionais para exercer  
139 as funções dos profissionais de cuidador, psicólogo e serviço social, porém que o seu papel  
140 seja estabelecido com clareza, para desempenharem o seu trabalho com eficácia. Inclusive,  
141 destacou a importância de ter formação continuamente para esclarecer as dúvidas dos  
142 profissionais. Com a palavra a sra. Denize relatou sobre a dificuldade enfrentada com a  
143 ausência de materiais para a manutenção da escola como: geladeira e demais peças. Ato  
144 contínuo, a presidenta se prontificou a falar com a Secretária de Educação com brevidade  
145 sobre a falta de materiais especificados pelos conselheiros, outrossim conversará também  
146 com o responsável pela pasta, o sr. Wagner. Por oportuno, a sra. Kelma comentou sobre a  
147 relevância da execução dos Planos de Ação a contento pelos respectivos responsáveis,  
148 ressaltou que a falta de gestão nas unidades de ensino gera prejuízos irreparáveis, fato que  
149 foi aprovado pelos conselheiros presentes. Nesse contexto, a conselheira Adenilde reiterou  
150 a sua fala acrescentando que o problema pode estar no setor responsável pela distribuição  
151 desses materiais, pois a mesma tem conhecimento de situações em que os gestores enviam  
152 ofícios para a secretaria fazendo solicitações, porém não são atendidos. Em tempo, a  
153 conselheira Denize relatou sobre o momento de diálogo com a assistente social e psicóloga  
que trabalham na E. M. Diva Maria Corrêa, e que na ocasião esclareceu que a sua função não  
caberia atendimento aos professores, nem tampouco realizar seções com alunos;  
afirmativas que provocaram estranheza, pois a mesma havia obtido informação em uma  
reunião por parte da própria Secretária de Educação a sua preocupação com o



CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE  
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS  
PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE –  
FUNDEB

154 socioemocional dos professores, funcionários e alunos. Por fim, a conselheira não  
155 compreende como trabalhar o socioemocional sem dialogar com as partes envolvidas.  
156 Quando na ocasião o profissional afirmou ser Institucional e não clínica, o que causou  
157 dúvidas sobre qual a função deles. Acrescentou ainda, a carência de profissionais que  
158 atendam os estudantes com deficiência e que necessitam de acompanhamento dos  
159 profissionais de apoio, pois o quantitativo que foi lotado para a unidade de ensino que ela  
160 dirige não é suficiente, enfatizando que carecem de profissionais do sexo masculino para  
161 realizar a movimentação dos estudantes cadeirantes, e como também técnico para auxiliar  
162 a utilizar o diário eletrônico. Nesse ínterim, a presidenta sugeriu que os professores fizessem  
163 uso dos tablets que constam da maleta digital. Dando prosseguimento, sugeriu que  
164 decidissem sobre a análise e parecer do Peja. Com a palavra, a sra. Adenilde afirmou que  
165 seria desnecessário fazer votação do Peja, pois o programa será apenas reprogramado.  
166 Todos os presentes concordaram, e o conselheiro Cleidenilson informou que o valor a ser  
167 reprogramado do Peja será R\$ 243.181,46 e o valor da E. I. Manutenção da Educação Infantil  
168 - Complementar é de R\$ 2.011.430,33, fato ocorrido por não ter sido utilizado na totalidade.  
169 A sra. Luciana afirmou que realizará a produção do parecer para colocar no sistema do SIGE  
170 COM e que em tão breve colherá as assinaturas dos conselheiros. Concluindo às 12 horas, a  
171 presidente agradeceu mais uma vez a presença de todos e deu por encerrada a sessão, cuja  
172 ata eu, Iris Virgínia Oliveira Santos, lavrei e deverá ser assinada pela presidente da sessão e  
173 por todos os conselheiros presentes. Nossa Senhora do Socorro, 12 de junho de 2023.

171 Secretária: Iris Virgínia Oliveira Santos

172 Presidente: Luciana dos Santos

173 Conselheiros(as):

174 Helma da Costa e Silva Reinaldo

175 Adenilde de Souza Santos

176 Denise Santos de Morais

177 Cleidenilson Pequeno dos Santos

178 Rosângela Rosa

179 Luciana dos Santos

Marlene da Silva Souza de Tal.